

A COMPANHIA GERAL DO GRÃO-PARÁ E MARANHÃO

Defesa do Patrimônio Ultramarino da Coroa

A defesa do território colonial sempre fora importante para a coroa portuguesa, haja vista, que o Império colonial Português sofria com pressões de potências rivais de Portugal: Inglaterra, França, Espanha e Holanda. E isso preocupava as autoridades de Lisboa, pois, o domínio ultramarino luso era bastante extenso.

Assim sendo, Portugal procurou de todas as formas manter a soberania sobre seu Império Ultramarino, Naquele momento os domínios territoriais portugueses abarcavam três continentes: Europa, África e América do Sul. No continente Europeu tinha-se: As ilhas da Madeira e os Açores, na África: Cabo Verde e Guiné Bissau e na América do Sul: O Brasil.

O presente artigo tratará da proteção da parte Norte da América Portuguesa, considerando-se que era a fronteira mais sensível a incursões estrangeiras, porém antes de detalhar sobre o assunto em questão analisaremos o porquê dessa preocupação do estado português.

A colonização da Amazônia Brasileira iniciou em 1616 quando o capitão mor português: Francisco Caldeira Castelo Branco fundou a localidade de Santa Maria de Belém do Grão Pará, instalando ali um forte para defender a área contra possíveis invasões de estrangeiros. O reconhecimento da parte norte da América Portuguesa teve começo no contexto da União Ibérica (1580-1640), quando os países da península ibérica foram governados por um mesmo soberano real.

Ao término do contexto de união, Portugal e Espanha passaram a ter divergências sobre as fronteiras de seus domínios coloniais na América do Sul. Especificamente no sul ao largo do rio da prata e na área norte na Amazônia Brasileira. Esses conflitos entre Portugal e Espanha originaram ao longo do Séc: XVIII tratados de delimitação territorial entre a América Portuguesa e a Espanhola.

Kenneth Maxwell em seu livro: Marquês de Pombal: Paradoxo do Iluminismo cita que as guerras entre Portugal e Espanha eram ocasionadas por dilemas fronteiriços entre os domínios portugueses e espanhóis.

“Guerras esporádicas contra a Espanha na América do Sul ocorreram durante todo o século XVIII. O ponto de discórdia mais agudo era a fortificação de colônia de sacramento, estabelecida em 1680 no estuário do Rio da Prata, defronte Buenos Aires. Travou-se aqui uma guerra aberta no período entre 1735 e 1737. Quando Fernando VI subiu ao trono da Espanha em 1746[...], Foi com esse pano de fundo que as negociações começaram, conduzidas, do lado espanhol, por Don José de Carvajal y Lencastre, presidente do conselho das Índias, e do lado Português pelo Brasileiro Alexandre de Gusmão, secretário particular de Dom João V, com a finalidade de definir as disputas de fronteira entre as duas potências da América do Sul”. (p.51).

A partir disso, foram assinados e revistos os seguintes tratados entre Portugal e Espanha, Tratado de Utrecht de 1717, Tratado de Madrid de 1750 e Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Que foram costurados com o objetivo de delimitar as fronteiras dos domínios portugueses e espanhóis, mas, isso não teve efeito prático o que gerou instabilidades entre as autoridades da América Portuguesa.

Tal inconstância ocasionou a criação da Companhia Geral do Grão – Pará e Maranhão visando-se resguardar o território norte da América Portuguesa, porém, antes de avaliar-se a questão da defesa territorial. Analisemos o prisma das razões econômicas que levaram a fundação e instituição da Companhia Geral.

A referida Companhia fora criada para sanar problemas de ordem econômica naquela parte do domínio português na América do Sul, o grande desafio era a questão da escravidão indígena que gerava desentendimentos com os padres jesuítas e o estabelecimento de uma companhia poderia fomentar um comércio de escravos africanos o que faria retroceder a vontade de escravizar índios.

Vislumbravam-se investimentos financeiros na região para crescer o potencial de exportação da área, a idéia de criação da Companhia Geral partiu do governador do Grão – Pará e Maranhão e irmão do Marquês de Pombal Francisco Xavier de Mendonça Furtado. Ele acreditava que o estabelecimento de uma companhia resolveria o problema da mão-de-obra escrava e neutralizaria a influência dos padres jesuítas e facilitaria a defesa do território da Amazônia Brasileira.

O presente artigo dará ênfase ao trabalho de proteção de fronteira propiciado pela Companhia Geral do Grão – Pará e Maranhão no Norte da América Portuguesa, tomando por aporte teórico as idéias de Manuel Nunes Dias no livro: Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão (1755-1778), especialmente no primeiro capítulo: Defesa do Patrimônio Ultramarino da Coroa. Contrapondo as idéias de Kenneth Maxwell no livro: Marquês de Pombal Paradoxo do Iluminismo, haja vista, que a Companhia foi criada na administração pombalina.

Manuel Nunes ao tratar da Companhia expõe que, a mesma serviria não só para defender a Amazônia Brasileira, mas, também a proteção dos territórios coloniais portugueses no continente africano: Guiné Bissau e as Ilhas de Cabo Verde, pois, o Império Ultramarino Português esparramava-se pela Europa, África e América do Sul e a defesa militar de tão extensa área territorial era impossível à coroa portuguesa, já que, a coroa lusa não dispunha de grandes recursos e de homens suficientes para estabelecer linhas de acastelamento nos territórios coloniais portugueses.

Nunes Dias considera que, o Império Ultramarino português estava constantemente sob ameaça das potências rivais de Portugal: Inglaterra, França, Espanha e Holanda e a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão vinha situar fortificações militares nas fronteiras do Império Colonial Português.

Como falado anteriormente a despeito, de proteger áreas coloniais africanas, o foco de estudo é a proteção do território Norte da América Portuguesa. O ponto central era a incongruência das divisas da América Portuguesa e Espanhola, nos extremos Norte e sul da América Portuguesa.

Manuel Nunes nos apresenta essa possibilidade de Análise, Kenneth Maxwell por seu turno pondera que a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão fora criada para atender anseios de ordem econômica e a vigilância militar das fronteiras com o Império Colonial Espanhol, haja vista, que no Grão Pará e Maranhão existia o peso interno das divergências com os jesuítas e os problemas fronteiriços com a América Espanhola. Pois, o domínio de ma companhia de comércio poderia dar apoio em ambas às situações. Tanto os problemas relacionados com a escravidão indígena e com os jesuítas e na manutenção de redes de acastelamento das fronteiras.

Mas, como já exposto em outras oportunidades o cerne do artigo é a Companhia Geral envolvida na defesa territorial da América Portuguesa.

A defesa do patrimônio colonial sempre teve grande importância na política exterior de Lisboa, uma vez que, que as riquezas dos territórios colonizados sustentavam o estado português e seus luxos, portanto, era primordial para a coroa o controle e a vigilância sobre as terras do império ultramarino.

Manuel Nunes Dias ao tratar sobre a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, considera, que a blindagem das demarcações territoriais entre Portugal e Espanha poderiam ser delineadas com o auxílio da Companhia geral do Grão Pará e Maranhão que colocaria fortificações militares em áreas estratégicas da Amazônia Brasileira o que dificultaria incursões alienígenas dos adversários da coroa portuguesa na sua colônia sul – americana.

Antes, porém, de trabalhar efetivamente o trabalho de anteparo dos contornos entre as possessões espanholas e a possessão portuguesa; O autor avalia os tratados assinados entre as coroas da península ibérica.

Manuel Nunes começa pelo tratado de Utrecht que “empurrava” as divisas entre os territórios coloniais de Portugal e Espanha na América do Sul para além das demarcações de Tordesilhas, mas, que na prática foi sendo desrespeitado pelas potências ibéricas, Kenneth Maxwell dá o seguinte parecer acerca do tratado de Utrecht:

“As preocupações geopolíticas na América do Sul, todavia, dominaram os meses iniciais da nova administração. Apesar de o Tratado de Madrid ter sido negociado pelo seu predecessor, a nova administração de Lisboa enfrentou a tarefa inevitável de implementar o acordo de Madrid, que foi o primeiro tratado negociado entre as potências ibéricas para delinear as fronteiras coloniais na América do Sul em sua totalidade e substituiu os acordos feitos em Utrecht” (p. 52).

Tomando esse arcabouço de Kenneth Maxwell, pode-se mensurar a rigor que as fronteiras entre a América Portuguesa e a América Espanhola. Eram constantemente violadas pelos luso-brasileiros, pois, conforme o território ia se alargando mais e mais acordos eram costurados entre Lisboa e Madrid para acalmar as disputas por território.

Em 1750, aconteceu a assinatura do tratado de Madrid e em 1777 o de Santo Ildefonso, a princípio com o objetivo confesso de extinguir qualquer possibilidade de guerra aberta entre portugueses e espanhóis por posses territoriais na América do Sul. Foi justamente nesse contexto que segundo Manuel Nunes Dias surgiu a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão, considerando-se que a parte norte da América Portuguesa era foco de constante de tensão com: Espanhóis, Jesuítas e índios com os colonos portugueses.

Manuel Nunes apresenta a seguinte inflexão acerca da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão. Sua importância tangia á razões econômicas, todavia, sua função sinequanon encontrava-se na proteção do território da Amazônia Brasileira. Com a construção de fortificações militares que visavam a proteção da região amazônica contra invasões estrangeiras no Norte da América Portuguesa.

A Companhia, porém, não serviu apenas para edificar complexos de rede militar, mas, incentivar contatos matrimônios entre indígenas e portugueses, haja vista que o Marquês de pombal acreditava piamente que havendo fixação de laços de união entre colonizados e colonizadores se firmaria uma área de povoamento seguro contra possíveis intervenções estrangeiras.

“As instruções de Pombal a seu irmão Mendonça Furtado refletiam objetivos semelhantes. Recomendou que os índios fossem libertados da tutela religiosa, que se

incentivasse a miscigenação entre portugueses e índios para assegurar um crescimento contínuo da população na área”. (p.53).

Considerando-se a inflexão de Maxwell e as idéias de Manuel Nunes, a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão teve grande importância no quesito defesa do território ultramarino, pois, o raio de ação da mesma não se resumia as possessões portuguesas na África, mas, abarcava também o território do Estado do Grão Pará e Maranhão que era uma área que a rigor necessitava de vigilância constante em razão do assédio de: ingleses, franceses, espanhóis e holandeses. E a instalação da Companhia seria peça fundamental nesse processo.

Nota-se que a Companhia do Grão Pará e Maranhão fincou bases de proteção no entorno do território amazônico brasileiro e isso fazia com que a área, a rigor, desguarnecida começava a ficar mais vigiada contra os inimigos de Portugal e facilitaria a comunicação dentro do próprio território amazônico.

O interesse de manter o controle sobre a extensão região norte da América portuguesa vinha desde de a fundação de Santa Maria de Belém do Grão Pará em 1616 por Francisco Caldeira, os portugueses á partir dali tratariam de manter o controle sobre extensa área, haja vista que a América portuguesa era muito ambicionada pelos rivais da coroa lusa.

O objetivo central para Manuel Dias é mostrar como a Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão teve papel de destaque na defesa militar da Amazônia brasileira num momento em que Portugal enfrentava divergências com a Espanha no que diz respeito a delimitação de fronteiras na América do Sul.

Manuel Dias pondera que o contexto da fundação da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão está ligada aos tratados assinados por Portugal e Espanha sobre as delimitações de divisa territorial no que concerne aos seus Impérios colônias na América do Sul.

A ganância estrangeira pela região ammazônica vinha de longa data, a dominação espanhola no contexto da União Ibérica serviu de motivação para interesse de outras potências européias pelo território da América Portuguesa, levando em conta que a dimensão da terra não facilitava a defesa por parte da coroa lusa.

Nesse contexto a Companhia do Grão Pará e Maranhão teve papel de destaque na montagem da rede de proteção militar da Amazônia Brasileira, pois, a mesma tornou-se um grande foco de combates entre Portugueses, Holandeses, Franceses, Espanhóis e Ingleses. E fazia-se necessário um circuito de acastelamento que protegesse toda a fronteira norte da América Portuguesa.

A Companhia ao ser criada foi encarregada de controlar o tráfico de escravos e comandar o resguardo das divisas na região amazônica era uma entidade que estava submetida ao poder do estado português, no entanto, a mesma tinha certos privilégios na constituição dos aparatos miliatres da colônia, pois, como já mencionado antes por kennteh Maxwell em: Pombal O complexo do Iluminismo. A manutenção do treitório amazônico era necessário para toda a conjuntura política do governo português no exterior.

A Copanhia Geral do Grão Pará e Maranhão teria as seguintes responsabilidades, no que concerne, a conservação do território. Ela teria que arcar com a construção de fortes, bases de entricheiramento e edificação de faróis para controlar a navegação, Ou seja, a mesma estaria administrando e construindo fortificações em torno dos rios: Madeira, Guaporé, Rio Negro, e Javari. Governados por Belém a nova capital do Grão Pará e Maranhão encontrar-se-iam: feitorias e postos com militares auqrtelados cuja despesas estariam sob controle dos administradores da Companhia Geral.

Em suma, o projeto de criação e estabelecimento da Companhia Geral do Grão Pará e Maranhão teve como principal objetivo frear o avanço espanhol pelos rios Mojos e Madeira que ameaçavam os campos de Cuiabá e Vila Bela. Aonde se encontravam campos extraordinários de ouro que levou a instituição da Capitania de Mato Grosso em 1748.

Destaca-se também a mudança da capital do Grão Pará e Maranhão dão força para a tese de Manuel Nunes, de que a vigilância do território amazônico era central para os governantes portugueses. Por causa, do interesse dos rivais de Portugal na Europa.

Kenneth Maxwell e Manuel Nunes comungam que, o governador do Grão Pará e Maranhão Mendonça Furtado estava preocupado e apreensivo com o perigo que o território amazônico corria no Norte e era um dos defensores da Companhia geral, pois, acreditava que a mesma poderia ser essencial das fortificações existentes e na construção de novos fortes.

Concluindo com a Companhia geral o contrabando e as investidas internacionais contra a Amazônia Brasileira seriam interrompidas.

Docente: Fernando Arthur Freitas Neves

Discente: Heyder Henrique Pinheiro de Souza

Matrícula: 07191003901